

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

No dia 23 de Março de 2011, a Direcção-Geral de Energia e Geologia fez publicar no Diário da República, 2ª Série, n.º 58, o Aviso n.º 7325/2011, relativo ao pedido da FELMICA – Minerais Industriais S.A. de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de feldspato, na zona denominada “Corte Grande”, com área de 1,6 km², localizada na Serra de Monchique.

Posteriormente, no dia 9 de Agosto de 2011, a Direcção-Geral de Energia e Geologia fez publicar no Diário da República, 2ª Série, n.º 152, o Aviso n.º 15635/2011, relativo ao pedido da SIFUCEL – Sílicas S.A. de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de feldspato, na zona denominada “Carapitotas”, com área de 1,0 km², localizada também na Serra de Monchique.

Em resposta a uma pergunta do Grupo Parlamentar do PCP (n.º 632/XII/1ª, de 15 de Setembro de 2011), o Governo, através do Ministério da Economia e do Emprego, informou, no dia 13 de outubro de 2011, que ainda não tinha sido tomada qualquer decisão relativamente à atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de feldspato na Serra de Monchique, informação confirmada, posteriormente, no dia 21 de março de 2012, na resposta a uma pergunta sobre o mesmo assunto de outro grupo parlamentar.

A questão dos impactos ambientais da exploração de feldspato em plena Serra de Monchique foi por nós levantada em duas audições à Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, realizadas no dia 27 de Setembro de 2011 (audição da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local) e 18 de Novembro de 2011 (audição conjunta da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local e da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública). Em ambas as ocasiões, a resposta foi vaga, sendo a questão dos impactos ambientais remetida para uma análise futura a realizar pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Estamos plenamente conscientes que as empresas FELMICA – Minerais Industriais S.A.e

SIFUCEL – Sílicas S.A.apenas pediram, nesta fase, a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de feldspato. Contudo, não o fizeram, com certeza, apenas para satisfazerem uma curiosidade puramente académica (avaliação da dimensão e qualidade dos recursos de feldspato), mas, obviamente, para passarem, numa segunda fase, à sua exploração.

Assim, o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território não pode continuar a alegar que apenas está em causa a prospeção e pesquisa de feldspato; terá, obrigatoriamente, de se pronunciar sobre a questão central: **a possibilidade de se proceder à exploração de depósitos minerais de feldspato em plena Serra de Monchique**, numa área classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, integrando a Zona de Proteção Especial de Monchique, e pertencendo ainda à Reserva Ecologia Nacional, numa área que alberga uma diversidade biológica especial e por vezes única, que possui ainda uma grande riqueza florística, tendo o ecossistema florestal sido identificado como uma das *hot-spots forests* das florestas naturais europeias, num concelho em que existe um total aproximado de 2.530 km de linhas de água, situando-se aí as cabeceiras da ribeira de Aljezur, Seixe, Bensafrim, Torre, Farelo, Boina, Barranco dos Toiros e de Monchique.

A exploração de feldspato em plena Serra de Monchique, com minas a céu aberto a rasgarem profundamente as vertentes sul da Picota, não deixaria de ter profundos e negativos impactos no ecossistema, na fauna e flora, nos recursos hídricos, na qualidade do ar e na paisagem, pelo que o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território não pode continuar a adiar uma tomada de posição pública sobre esta matéria.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o seguinte:

1. Tem o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território acompanhado, junto do Ministério da Economia e do Emprego, o processo de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de feldspato, nas zonas denominadas “Corte Grande” e “Carapitotas, localizadas na Serra de Monchique? Além do parecer emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, no dia 14 de Agosto, o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, ou algum dos seus organismos, emitiu mais algum parecer sobre a prospeção, pesquisa e/ou exploração de feldspato na Serra de Monchique?
2. Tendo em conta que a exploração de feldspato na Serra de Monchique não deixaria de ter profundos impactos negativos numa área de tão elevado valor e sensibilidade ecológicos, considera a Sr.^a Ministra aceitável que o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território mantenha, durante meses, um silêncio de chumbo sobre este assunto?
3. Quando tenciona a Sr.^a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território tomar uma posição pública sobre a exploração de feldspato na Serra de Monchique, para além das vagas declarações proferidas nas audições realizadas na Assembleia da República nos dias 27 de Setembro e 18 de Novembro de 2011?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 28 de Março de 2012

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.